

Hegemonia cultural e gênero: a escola interessada no campo das relações sociais

**Cultural hegemony and gender: a discussion about the school interested
in the field of social relations**

**Hegemonía cultural y género: la escuela interesada
en el campo de las relaciones sociales**

Marília Luana Pinheiro de Paiva¹  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo

A pesquisa tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre a escola interessada, conceito utilizado pelo autor Antonio Gramsci ao se referir a uma educação voltada aos interesses capitalistas. Esse artigo busca estabelecer uma discussão sobre as relações de força e hegemonia cultural. Questiona sobre o poder não apenas por meio da força, mas também através da influência cultural e ideológica que é um processo pelo qual a classe dominante estabelece e mantém sua visão de mundo como a norma, também sobre as relações de gênero reforçando e preservando a manutenção das classes sociais através das relações pautadas nas divisões de classe, gênero e ideologia dominante. Utilizou-se da metodologia qualitativa em que visa buscar na literatura e da revisão bibliográfica para a construção da pesquisa com o objetivo de evidenciar a hegemonia cultural e fazer uma crítica à escola como forma de opressão e dominação nas relações sociais.

Palavras-chave: Escola interessada. Relações de força. Hegemonia cultural.

Abstract

The research aims to reflect on the interested school, a concept used by the author Antonio Gramsci when referring to an education focused on capitalist interests. This article seeks to establish a discussion on the relations of force and cultural hegemony. It questions power not only through force, but also through cultural and ideological influence, which is a process by which the dominant class establishes and maintains its worldview as the norm, as well as on gender relations, reinforcing and preserving the maintenance of social classes through relations based on divisions of class, gender and dominant ideology. The qualitative methodology was used, which aims to search the literature and bibliographic review to construct the research with the aim of highlighting cultural hegemony and criticizing school as a form of oppression and domination in social relations.

Keywords: Interested school. Power relations. Cultural hegemony.

Resumen

La investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la escuela interesada, concepto utilizado por el autor Antonio Gramsci al referirse a una educación centrada en los intereses capitalistas. Este artículo busca establecer una discusión sobre las relaciones de fuerza y la hegemonía cultural. Cuestiona sobre el poder no sólo a través de la fuerza, sino también a través de la influencia cultural e ideológica, que es un proceso mediante el cual la clase dominante establece y mantiene su visión del mundo como norma, también sobre las relaciones de género que refuerzan y preservan el mantenimiento de las clases sociales a través de relaciones basadas en divisiones de clase, género e ideología dominante. Se utilizó una metodología cualitativa, que tiene como objetivo la búsqueda de literatura y una revisión bibliográfica para construir la investigación con el objetivo de resaltar la hegemonía cultural y criticar la escuela como una forma de opresión y dominación en las relaciones sociales.

Palabras clave: Colegio interesado. Relaciones de poder. Hegemonía cultural.

1 Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Metodologia do Ensino de Sociologia e Filosofia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia Unisecal. Pedagogia pelo Centro Universitário Uninter. História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora na Educação Básica. E-mail: marilialuanapaiva@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O autor, Antonio Gramsci (1968), faz uma abordagem sobre a educação e a sociedade em que se questiona o caráter reprodutor e as dominações nas relações capitalistas. Para o autor, a escola é um espaço de lutas de classes de embates e desconstruções. Porém, com a cultura urbanística e o advento da Revolução Industrial ocorreram mudanças substantivas tanto na forma como no conteúdo pelos aparelhos de hegemonia. Com o desenvolvimento do capitalismo em meados do século XX as relações sociais foram transformando tanto a economia como as necessidades também foram se alterando à medida que o Estado foi se reestruturando de forma distinta. As reorganizações familiares, a sociedade, a escola se modificaram de uma maneira em que a relação econômica é vista como a principal fonte de relação impondo a nova organização do trabalho e da vida das pessoas.

Nesse trabalho aborda-se como a cultura interessada, ou seja, a cultura capitalista também molda comportamentos e reforça categorias de gênero. Compreende-se aqui gênero a partir da concepção que a autora Joan Scott (1995) discute; gênero como uma construção social que também é construída a partir de uma cultura.

A escola torna-se um campo de interesse ao capitalismo à medida que define cores, objetos e ações para cada gênero. Assim, a escola se torna uma representante do Estado, um aparelho de coerção, que defende o interesse de determinada classe social hegemônica, se tornando subjacente dos princípios burgueses do fordismo e taylorismo. O trabalhador vende a sua força de trabalho enquanto os capitalistas detentores dos meios de produção vivem da exploração do trabalhador. Fica evidente essa divisão de tarefas após a Revolução Industrial. A escola acaba sendo, nesse processo, um aparelho de difusão dos ideais capitalistas corroborando para a manutenção das divisões de classes e gênero. Nesse contexto, o termo escola interessada defendido por Gramsci (1968) refere-se à escola que atende as demandas das classes dominantes e está diretamente ligada ao capitalismo. Tema de relevância para se pensar a escola ligada indiretamente às ideologias dominantes e interesses hegemônicos, ou seja, uma instituição que perpetua as estruturas de poder existentes e reproduz as desigualdades sociais. Dentro dessa perspectiva, a educação não é neutra; ela é moldada pelos valores, crenças e interesses das classes dominantes, que utilizam o sistema educacional para legitimar e consolidar sua posição de poder na sociedade.

Por esse motivo, torna-se indispensável uma análise crítica da escola enquanto conservadora dos interesses hegemônicos, especialmente em relação ao gênero. A escola, é vista como um dos principais aparelhos ideológicos do estado pois muitas vezes reforça e perpetua as normas de gênero tradicionais, reproduzindo estereótipos e desigualdades que refletem a ideologia dominante. Essa reprodução se manifesta tanto no currículo escolar, que frequentemente invisibiliza as contribuições das mulheres e de outros grupos de gênero marginalizados, quanto nas práticas pedagógicas e interações diárias que reforçam papéis de gêneros rígidos.

Para Gramsci (1968), o Estado deveria ter a função e a responsabilidade de educar a grande massa da população, mas percebemos que a educação está voltada para atender as necessidades da classe dominante pois entende que é na escola que o Estado tem as suas mais importantes atuações.

A justificativa do tema vem de inquietações pessoais aliadas a questionamentos feministas ao longo da minha trajetória como pesquisadora e educadora. Compreender as relações de força

e o antagonismo entre o feminino e o masculino está atrelado a enxergar a sociedade de forma crítica e desconstruir estereótipos construídos e mantidos estruturalmente em todas as esferas sociais.

Nesse viés, o trabalho busca, através da pesquisa qualitativa e metodologia da revisão bibliográfica estudar, analisar e sintetizar o conhecimento sobre o tema proposto por meio de livros e artigos publicados com o objetivo de construir um material de discussão teórica sobre o tema. Da mesma forma busca-se identificar lacunas e questões ainda não exploradas sobre o assunto abordado.

2. METODOLOGIA

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2010) a pesquisa social é um processo investigativo que busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando a inter-relação entre o contexto histórico, cultural e social em que estão inseridos. A autora destaca a importância de aliar teoria e método de forma criativa, permitindo que o pesquisador desenvolva uma compreensão profunda dos fenômenos estudados, sem se prender a uma rigidez metodológica. Minayo (2010) argumenta que a pesquisa social deve ser uma atividade reflexiva, que reconhece a subjetividade do pesquisador e a natureza dinâmica da realidade social (Minayo, 2010).

A metodologia abordada nessa pesquisa foi a revisão bibliográfica, na qual buscou-se, através de teorias, construir um aparato que contribuísse para compilar e sintetizar leituras relevantes sobre o tema proposto. Essa abordagem permitiu reunir e analisar diferentes perspectivas teóricas.

Segundo Antonio Carlos Gil (2002) explica, a metodologia de revisão bibliográfica permite a construção de um aparato teórico que contribui para a análise e síntese de leituras relevantes sobre um determinado tema, facilitando a compreensão do estado da arte e a identificação de lacunas na pesquisa.

Aponta como método da revisão bibliográfica é de extrema importância para a realização de uma pesquisa acadêmica bem fundamentada. Ela desempenha um papel crucial na contextualização do tema de estudo, permitindo ao pesquisador situar sua pesquisa dentro do panorama do conhecimento existente e identificar lacunas e áreas ainda não exploradas. Além disso, a metodologia proporciona uma base teórica sólida, essencial para a formulação de hipóteses e argumentos, e ajuda a evitar a redundância ao garantir que a pesquisa ofereça novas contribuições ao campo de estudo. Ao analisar e sintetizar as obras e estudos anteriores, a revisão bibliográfica também orienta o desenvolvimento da metodologia da pesquisa, adotando ou adaptando técnicas que se mostraram eficazes em investigações anteriores. Assim, a revisão bibliográfica não só fundamenta e embasa a pesquisa, mas também a alinha com os debates mais recentes e as tendências emergentes no campo, garantindo sua relevância e contribuição para o avanço do conhecimento. (Gil, 2002).

Tendo como base a metodologia da revisão bibliográfica explicada, buscou-se através de leituras fazer uma análise do *corpus* em relação ao conceito de hegemonia cultural e a relação com a escola interessada fazendo uma reflexão sobre o conceito e discussão que a escola diretamente relacionada com o capitalismo condiciona também as desigualdades de gênero.



A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas (Alves, 2010).

Dessa forma, é importante refletir sobre o papel da escola através de teorias e análises para buscar romper com as desigualdades estruturantes na sociedade, pois se faz uma crítica na qual a escola é um espaço onde a socialização de gênero é continuamente reforçada. Desde cedo, meninas e meninos são incentivados a seguir comportamentos e escolhas de carreira que se alinhem às expectativas de gêneros dominantes, limitando seu potencial e liberdade para explorar identidades e papéis diversos. Diante disso, discute-se sobre a hegemonia cultural, tanto implícita quanto explícita, e busca-se uma análise crítica da escola que vise questionar como as estruturas educacionais perpetuam a hegemonia de gênero.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estado tem a sua origem na contradição da vida pública e privada dos interesses coletivos e particulares. Porém, acabar com os interesses dos particulares e privados é ir de encontro com a própria existência do Estado pois ele existe para que seja mantida a vida privada e que possam ser colocados em prática os seus interesses em comum. Dessa forma, compreende-se que o Estado adquiriu uma existência particular da sociedade civil. Nas palavras de Marx e Engels compreendemos “Os escritores franceses, ingleses e americanos mais recentes manifestam todos a opinião de que o Estado só existe por causa da propriedade privada, pelo que isto passou também à consciência geral” (Marx & Engels, 1984, p. 101).

A escola reproduz um complexo de interesses que reforça as sociedades de classes. A classe dominante tem na escola um espaço para a disseminação de seus ideais e também dos seus interesses, pois a partir do momento que difunde gostos, interesses, ações em prol do capitalismo ela está diretamente forjada em um controle hegemônico de dominação social sobre as classes. (Gramsci, 1968).

Atentando para as questões relacionadas aos gêneros masculino e feminino compreende-se a escola como um órgão que conserva padrões sociais, estereótipos e também uma cultura dominante evidenciando os espaços femininos e masculinos. Pensando na perspectiva da escola atual percebe-se a valorização do campo profissional voltada para o trabalho em atender as demandas capitalistas, ou seja, os interesses imediatos, esquecendo da importância humanística formativa.

Hoje, percebe-se uma valorização e uma tendência ao prestígio por parte da sociedade das escolas profissionais pois elas estão preocupadas em satisfazer os interesses capitalistas imediatos ao mercado, reguladores dos sistemas de produção. Ao contrário, na escola profissional cresce a desvalorização da escola humanística. Para essa discussão Gramsci (1968) recomenda a construção de uma escola que proponha ser ao mesmo tempo reflexiva e humanística como expõe:

Se quisermos romper essa trama será necessário, portanto, não multiplicar e graduar os tipos de escola profissional, mas criar o tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até o limiar da escolha profissional, formando-o, nesse meio tempo, como um homem capaz de pensar, de estudar, de dirigir, ou de controlar quem dirige (Gramsci, 1978, p. 31).

A escola profissional passa a impressão de ser democrática, porém ela é meramente reprodutora das classes sociais e cria novas estratificações transformando o sujeito de não qualificado para qualificado, dando-lhe a falsa impressão de ascensão ao meio social em que está, porém ele está inserido na lógica do sistema capitalista atendendo as demandas de dominação. Para Gramsci (2004) a escola que privilegia um grupo específico e massifica a educação da maioria é uma escola “interessada” pois atende a uma lógica capital imediata. E se preocupa em formar um dirigente para uma sociedade organizada sobre os pressupostos capitalistas (Gramsci, 2004).

A escola humanística é aquela em que o educando pode se posicionar e assumir um papel crítico, reflexivo diante do mundo em que lhe é colocado. Um sujeito que questiona a realidade e que respeita e defende a liberdade. Pensar na escola desinteressada é dar voz ao sujeito e sua individualidade, mas também discutir o coletivo de forma que a escola seja um espaço que valorize a cultura humanística e social e não apenas meramente reprodutora de sistemas de produção para atender uma camada social (Gramsci, 2004).

Diante desse viés, é importante compreender o conceito da escola que Antonio Gramsci conceitua como escola “desinteressada” aquela que não se preocupa estritamente em atender as demandas do mercado, mas sim possui um caráter social humano. O termo desinteressado contrapõe o termo interessado o “mesquinho e individualista” em que relaciona com a cultura da seriedade, considerando os sujeitos como seres históricos, coletivos. (Nosella, 1992).

Para Gramsci (2004) a cultura está associada a uma rede e em sua esfera pode ser compreendida estruturalmente. É importante compreender que os homens, os grupos se movimentam nas classes movidos por suas razões. Nas relações entre o indivíduo e a sociedade estão também presentes a liberdade, os projetos, as práticas e a luta cultural que não se reduz a um embate entre dominantes e dominados. A cultura está relacionada com múltiplas relações: família, igreja, escola, região, língua, classe social, trabalho, ou seja, para Gramsci, são diversas sociedades que produzem os horizontes culturais de formação do indivíduo em sociedade. A cultura de uma dada época é o resultado de lutas sociais, históricas e das interações e concepções de mundo, das experiências e também das práticas sociais que passam as diferentes ambiências culturais. Para um sujeito em formação a cultura está ligada a uma série de fatores internos e externos que se tornam como verdades. Assim, nas palavras do autor podemos compreender:

O “certo” torna-se “verdadeiro” na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo “individual” (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração da sociedade civil de que participa a criança, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são representadas pelos programas escolares; o “certo” de uma cultura evoluída torna-se “verdadeiro” nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não há unidade entre escola e vida e, por isso, não há unidade entre instrução e educação (Gramsci *Apud* Manacorda, 1990, p. 245).



É necessário compreender que as posições e papéis sociais em que os sujeitos estão ligados e também fazem parte na estrutura econômica da sociedade concebem relações diferentes com a cultura, com a sociedade e com o mundo, por isso é tão complexo e fundamental compreender a cultura em uma sociedade civil.

Gramsci (1978) proporcionou aos estudos culturais uma leitura que fosse além da análise entre os modos de vida globais e específicos, como entre a alta cultura e a popular. E fez pensar sobre as categorias específicas como hegemonia. Para Gramsci (1978) o acesso à cultura promoveria um novo modo de ser que determinaria uma nova forma de consciência, pois difundir a cultura é sinônimo de promover a autonomia intelectual da classe operária. Assim, disciplina e organização são elementos essenciais nesse processo da produção intelectual e da intervenção política. Criar uma nova cultura a partir da sua realidade não significa fazer individualmente descobertas originais, significa difundir criticamente verdades já descobertas e questioná-las, “socializá-las” e transformá-las (GRAMSCI, 1999). Quando falamos em modo de vida ou cultura de uma determinada classe estamos nos referindo a um conjunto complexo que vão desde aspectos subjetivos até elementos que compõe uma sociedade como um todo e que independem da vontade dos sujeitos.

Através de todas as compreensões expostas pelo autor, é importante observar que a categoria de bloco histórico, por Gramsci (1978), apresenta o nexos entre a estrutura e o conjunto das relações materiais e a superestrutura, conjunto das relações ideológicas e culturais, onde são construídos vínculos orgânicos entre esses dois espaços. Gramsci (1978) chama atenção que a manutenção desses vínculos são funções dos intelectuais orgânicos e tradicionais que criam, e difundem ideologias gerando um consenso, ou seja, são os intelectuais orgânicos de forma a se destacar na realidade em que estão. É na esfera política ideológica no terreno das superestruturas que acontece a batalha entre as classes sociais e que também operam os conflitos econômicos (Coutinho, 2006).

Seguindo a concepção da cultura que vivemos, em um mundo que está conectado com diversos núcleos que moldam a cultura e os sujeitos. Diante disso, trataremos a escola e a relação com o gênero como um ambiente em que produz cultura e que também disciplina seus indivíduos. Para analisar esse campo, trataremos aqui sobre a teoria feminista marxista que compactua com a ideologia do autor Antonio Gramsci e a escola interessada fazendo uma crítica a sociedade de classes e a sua relação com a construção do gênero mulher. Voltado em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, trataremos aqui a relação de construção de gênero, mesmo não sendo suficiente as categorizações individuais do ser homem e do ser mulher.

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos sujeitos são determinados pelas relações sociais de sexo, raça, classe e trabalho que, de forma dialética social como expressões de desigualdade e de resistência política. Afinal, compreendemos todas as relações sociais aquelas que envolvem conflitos e lutas entre grupos antagônicos pois determinam materialmente a exploração do trabalho por meio da divisão de classe e divisão racial e sexual do trabalho. Partindo da compreensão que somente uma intervenção coletiva para a superação das classes antagônicas em um projeto societário emancipatório. É fundamental que tenham a análise e a ação política de forma articulada nesse processo de luta e de consciência de classe antirracista e consciência militante feminista (Cisne, 2018).

Diante desse contexto, entendemos que somos frutos de uma cultura patriarcal social, que recorrendo à História e às sociedades mediterrânicas como modelos, especificamente a romana, a família era centrada na figura do homem, detentor da autoridade e poder sobre a morte e vida dos filhos, esposa, escravos e vassalos, o *pater familiae* representava e exercia o poder do Estado no âmbito das relações privadas. Esta premissa é desenvolvida por Engels (1984), para quem a família monogâmica contribuiu para a supremacia do homem sobre a mulher. Ainda ressalta que a esfera doméstica perdeu seu valor, seu caráter social e a mulher tornou-se criada sem tornar-se parte da produção social. Dessa maneira, a produção social de grande relevância foi consagrada aos homens, o espaço público, enquanto às mulheres foram destinadas ao confinamento doméstico, privado. Ainda ao feminino, como reprodutora da espécie e da maternidade, foi destinada ao cuidado com os filhos e os afazeres domésticos, a figura amável e obediente na esfera privada.

Quando se afirmar que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se rigorosamente naturalizando um resultado da história. Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação dessa crença nada melhor que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam os característicos “naturais” destas funções (Safiotti, 1987, p.11).

Analisar a opressão feminina sob orientação da concepção do patriarcado significa perceber essa relação desigual de poder de gêneros. E identificar instituições e sociedades múltiplas reprodutoras do patriarcado que possuem em comum o consenso de manter as estruturas de dominação das mulheres. Motejo (1992, p. 28) ensina que o patriarcado.

Es un sistema que se origina em la familia dominada por el padre, estructura reproducida em todo el orden social y mantenida por el conjunto de instituciones de la sociedad politica y civil, orientadas hacia la promoción del consenso em torno a um orden social, económico, cultural, religioso y político, que determinan que el grupo, casta a classe compuesto por mujeres, siempre subordinado al grupo, casta o classe compuesto por hombre [...] ²

Sendo o patriarcado um sistema social orientado por alguns binarismos, como entre homens e mulheres, esfera pública e privada, dominação e opressão, é possível ponderar que a violência contra as mulheres integra as relações da lógica patriarcal (SAFIOTTI, 1994). Levando em consideração a bagagem histórica é preciso entender ideologicamente o mundo que vivemos em uma perspectiva de totalidade um modelo patriarcal, racista e capitalista. Assim, não é estranho que tenhamos que desconstruir ideias no nosso cotidiano escolar, alimentadas da sociedade civil como desigualdades de gênero resultado de uma lógica hegemônica de dominação capitalista onde é reforçado diferenças sociais também na escola, com comportamentos e papéis atribuídos a cada gênero social pois alimenta-se uma sociedade patriarcal e marcada por ideologias dominantes.

O entendimento dessa sociedade exige compreender que as classes sociais não são objeções isoladas, mas sim, relações sociais que são construídas por antagonismos em uma materia-

² É um sistema que tem origem na família dominada pelo pai, uma estrutura reproduzida em toda a ordem social e mantida pelo conjunto de instituições da sociedade política e civil, orientada para a promoção de consensos em torno de uma política social, econômica, cultural, religiosa e políticos, que determinam que o grupo, casta ou classe composto por mulheres, sempre subordinado ao grupo, casta ou classe composto por homens [...] (tradução livre)



lidade de corpos reais de sexo, sexualidade, cor, raça e relações econômicas e sociais. No campo oposto patriarcal, reforçado por uma lógica social do *status quo* encontramos resistência ao feminismo quando reforçamos a naturalização de privilégios masculinos, opressões e violência contra as mulheres através de um discurso alicerçado nos bons costumes e na manutenção da ordem social. Prega-se um comportamento autoritário e antidemocrático quando se institui valores diferentes a determinados sexos, cores, padrões e comportamentos sociais objetificando a mulher e tornando-a escrava de uma lógica de dominação masculina e patriarcal defendida por um sistema hegemônico e capitalista.

O sistema capitalista reforça essa ideia de padrões e comportamentos pois está atrelado ao status da ordem e desigualdade social determinadas pelas imbricações sociais de cor, raça, gênero e classe. Sobre o olhar dos fatos sociais através do materialismo histórico dialético revela as bases das determinações de explorações e opressões no desenvolvimento de produção capitalista. Sobre essa perspectiva, é necessário compreender o feminismo marxista em que discute a condição da mulher no capitalismo e aponta a relevância da participação política da mulher como integrante da classe trabalhadora na construção de um projeto societário emancipador.

Todo o aparato social que constitui a sociedade e o sistema das relações de explorações das desigualdades entre homem e mulher está diretamente relacionado com a cultura e com a educação, pois reproduzem a lógica patriarcal através de representações e símbolos exteriorizados no âmbito das relações. São os discursos e as práticas dominantes enraizados culturalmente que alimentam as desigualdades e polarizam a sociedade em classes.

Diante do exposto, é necessário, na escola, romper a estrutura de dominação marcada por diferenças no tratamento e ideologias reforçadas pelo sistema capitalista em que o imaginário de gênero feminino é marcado pelo mundo rosa e o masculino, azul perpetuando uma lógica do sistema capitalista evidenciando papéis e colaborando para a manutenção de comportamentos esperados de determinados gêneros. Adestrando comportamentos e naturalizando falas e ideais machistas e misóginos construídos no âmbito familiar e social em que a mulher deve submeter-se ao poder do marido e depender dele para a constituição da família. Para quebrar o imaginário e comportamentos, é necessário desconstruir falas e práticas machistas incorporadas no seio familiar que se reforçam na escola. É necessário construir uma escola libertária de contracultura e antirracista e não sexista e que perceba essa delimitação de classes e busque romper com ela. (Gramsci, 2004). Educação e cultura são essenciais para a formação de consciência e é na escola que precisa quebrar com essa estrutura conservadora. É necessário entender que mudar os ideais é um caminho, porém insuficiente pois é fundamental mudar também as relações materiais que determinam as ideias dominantes e a hegemonia das relações sociais.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelec-

tual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Na concepção do feminismo marxista é necessário a intervenção coletiva para transformar as estruturas patriarcais. A propriedade privada e a concepção do Estado são fatos marcantes de dominação no sistema capitalista. Para Marx e Engels, a mulher e os filhos foram a primeira propriedade do homem e nessa lógica permanece a dominação patriarcal reproduzida na sociedade e também na escola (Moraes, 2000). Diante dessas questões, é importante refletir de que forma os discursos são criados e reproduzidos e incorporados no meio social e principalmente no meio de formação da criança. Essa que está no seu processo de formação e identificação como sujeito. O educando está inserido nesse meio de socialização e também estrutural familiar em que é reproduzido discursos, padrões e comportamentos de hierarquização do masculino sobre o feminino e naturalizado pelo convívio social o que culmina na violência contra a mulher. Por isso é tão importante desconstruir com a lógica social patriarcal, classista e hierárquica para que não se perpetue uma sociedade desigual pautada na desigualdade de gênero. A escola interessada é uma crítica para a transformação de uma escola desinteressada, para que assim comece a transformação social através de uma educação crítica e libertária, através da consciência de classes e de novas estruturas como da necessidade da ruptura de classes e da propriedade privada incluindo a dominação masculina sobre a propriedade privada e também sobre a mulher, alinhando a consciência de classe e a desconstrução das desigualdades sociais e de gênero através da escola. A transformação da cultura e dos valores são indispensáveis para transformar hábitos e práticas enraizadas culturalmente. É preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização da mulher. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias e, em parte, resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sociocultural (Safiotti, 1979, p. 83).

Seguindo a concepção de Gramsci (1978) e o conceito de hegemonia cultural, que se refere ao domínio das ideias e valores de uma classe social dominante sobre a sociedade, o autor explorou a concepção da hegemonia cultural principalmente nos Cadernos do Cárcere, onde ele analisa como a classe dominante mantém seu poder não apenas por meio da força, mas também através da influência cultural e ideológica que é um processo pelo qual a classe dominante estabelece e mantém sua visão de mundo como norma, influenciando e direcionando a percepção da sociedade sobre o que é natural, desejável e legítimo. Isso é feito através da educação, da mídia, da religião e de outras instituições culturais que transmitem e reforçam os valores da classe dominante (Gramsci, 1978).

Gramsci (1978) argumenta que a escola é um dos principais mecanismos pelos quais a classe dominante exerce sua hegemonia cultural. Ela não apenas transmite conhecimento, mas também valores, normas e crenças que sustentam a ordem social vigente como aqui discutido a desigualdade social, econômica, classista que resulta conseqüentemente na relação de segregação de gênero, estereotipado e reforçado pela cultura de dominação cultural e hegemônica. É através do currículo e do discurso que a escola contribui para a manutenção das relações de poder existentes, moldando a consciência das novas gerações de acordo com os interesses da classe dominante.



Gramsci (1978) aponta que a educação é uma ferramenta crucial na formação da consciência social e na reprodução das relações de poder existentes. No contexto escolar, isso sugere que a educação não deve apenas transmitir conhecimento, mas também desafiar e reconfigurar normas culturais e sociais opressivas. A integração de uma perspectiva feminista na educação pode ajudar a questionar e dismantelar as estruturas patriarcais e criar um ambiente mais equitativo para os alunos (Safiotti, 1979).

Sabe-se que o capitalismo é incompatível com a igualdade social assim como corrobora para a coisificação da mulher. Tendo em vista uma escola que adota o feminismo marxista, se dedica a investigar e dismantelar a interseção entre opressão de gênero e exploração econômica no contexto do capitalismo, o currículo dessa escola integra análise crítica das relações de classe e suas implicações para a desigualdade de gênero, evidenciando como a exploração econômica sustenta e reforça a subordinação das mulheres. O autor também enfatiza a importância de um currículo que reflita uma visão crítica e abrangente da sociedade. A integração das perspectivas feministas no currículo contribui para garantir que o conhecimento transmitido não perpetue estereótipos de gêneros e que todos os alunos se sintam representados e respeitados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar a necessidade de uma escola que transcenda a classificação das cores, sexos e gêneros e promova a criação de um ambiente inclusivo e equitativo, onde todas as crianças possam desenvolver seu potencial sem barreiras impostas por preconceitos. Uma instituição educacional que adota a equidade social e de gênero não só combate desigualdades históricas, mas também promove um aprendizado mais profundo e diversificado, preparando os alunos para um mundo plural e justo. Ao priorizar a igualdade econômica e de gênero, a escola oferece a todos os educandos as mesmas oportunidades de crescimento e sucesso, permitindo que cada um se sinta valorizado e respeitado por quem realmente é, em vez de ser limitado por estereótipos ou desigualdades estruturais. Isso não apenas fortalece a coesão social, mas também fomenta uma cultura de respeito mútuo e empatia, essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Gramsci (1978) acreditava na importância da educação para desenvolver a consciência crítica dos indivíduos, permitindo-lhes reconhecer e questionar as injustiças e desigualdades existentes. O feminismo, com seu foco na análise crítica das relações de gênero e poder, contribui para essa consciência crítica, ajudando os alunos a compreender como as normas de gênero e as desigualdades afetam suas vidas e a sociedade. Uma abordagem feminista na escola promove uma educação que não apenas reconhece as desigualdades, mas também capacita os alunos a agir em prol de uma sociedade mais justa (Gramsci, 1978).

Para Gramsci (1978), a escola pode ser um espaço de resistência e transformação social. Em um ambiente educacional inclusivo e feminista, a escola pode servir como um espaço onde os alunos aprendem a desafiar as normas.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Acesso em: 14 ago. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci, escritos escolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Caderno 4-XIII**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. Homens ou Máquinas? In: **Escritos Políticos** [1910 – 1920]. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci**. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MANACORDA, Mario. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MINAYO, M. C. de S. (2010). Pesquisa social: **Teoria, método e criatividade** (29ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.

MARX, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: ENGELS, F. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTEJO, Alda Facio. **Cuando el género suena cambios trae**. Uma metodologia para el análisis de género del fenómeno legal. San José, Costa rica: ILANUD, 1992.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 11, p. 95-96, 2000.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed.

Petrópolis: Vozes, 1979.



SAFFIOTI, Maria Helena Simões. **Mulher e Sociedade: Relações de Gênero na Sociologia Brasileira.** Editora Vozes, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Como citar – ABNT

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de. Hegemonia cultural e gênero: a escola interessada no campo das relações sociais. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024012, Dezembro, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74819>

Como citar – APA

Paiva, M. L. P. de. (2024). Hegemonia cultural e gênero: a escola interessada no campo das relações sociais. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024012. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74819>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 10 de outubro de 2024.
Aprovado: 07 de dezembro de 2024.
Publicado: 22 de dezembro de 2024.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Introdução ou Considerações iniciais:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Referencial teórico:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Metodologia:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Análise de dados:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Discussão dos resultados:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Conclusão ou Considerações finais:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Referências:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Revisão do manuscrito:** Marília Luana Pinheiro de Paiva; **Aprovação da versão final publicada:** Marília Luana Pinheiro de Paiva.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

